

Dívida interna vai a Cr\$ 234 tri

O Banco Central revelou ontem que a dívida pública interna da União atingiu Cr\$ 234,1 trilhões em julho último, contra Cr\$ 52,52 trilhões em julho e dezembro de 1984, respectivamente. O crescimento acumulado da dívida de janeiro a julho último alcançou 159,32% e a taxa de expansão em doze meses, 345,74%, para a inflação nos mesmos períodos de 89,8% e 217,3%, o que justifica a preocupação do novo presidente do Banco Central, Fernão Braçher, de reduzir a remuneração dos títulos públicos e alongar o perfil da dívida interna.

A expansão da dívida interna reflete a crescente emissão de títulos federais para a cobertura do déficit de caixa do governo e também a elevação excessiva dos encargos aceitos pelo Banco Central. De janeiro a julho, a colocação de títulos públicos para conter a expansão monetária atingiu Cr\$ 22,85 trilhões líquidos, com o financiamento de 47,63% das operações ativas das autoridades monetárias de Cr\$ 47,97 trilhões no período.

Em termos de responsabilidade efetiva da União, o Banco Central trabalha o conceito de dívida pública líquida junto ao público. Ao final de julho, os títulos em

circulação fora das autoridades monetárias - Banco Central e Banco do Brasil - somaram Cr\$ 139,97 trilhões. Como a carteira do Banco Central dispunha de Cr\$ 60,77 trilhões em julho, os títulos federais em poder do Banco do Brasil chegavam a Cr\$ 33,37 trilhões.

Para o Tesouro Nacional, pesa a dívida interna bruta de Cr\$ 234,1 trilhões, uma vez que paga os encargos também ao Banco Central e ao Banco do Brasil. Embora o diretor de administração do Banco Central, Paulo Roberto Franco Ferreira, afirme que o BC tem receita própria, a maior parcela do resultado do banco provem da remunera-

ção dos títulos públicos em carteira, paga por toda a sociedade.

Com a mudança da política de dívida pública e **open** determinada pelo novo presidente do BC, o endividamento interno do Tesouro tende a crescer em ritmo mais lento, mas deve fechar o ano em torno de Cr\$ 400 trilhões. O acordo com os banqueiros, a expectativa de que as taxas dos títulos públicos acompanhem a prometida baixa dos juros dos papéis privados e mais a própria liquidez do mercado - até como efeito da baixa demanda de crédito - podem permitir ao BC reduzir os custos da rolagem da dívida interna.